



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

Aos 16 dias do mês de janeiro de 2019, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:00 Discussão e votação do parecer relativo ao P JL n.º 1029/XIII/4.ª PCP - «Lei de Bases da Política da Saúde» e PPL n.º 171/XIII/4.ª - «Aprova a Lei de Bases da Saúde», elaborado pelo Deputado Ricardo Baptista Leite;- Discussão e votação do parecer relativo ao P JL n.º 1050/XIII/4.ª BE - «Legaliza a Canábis para Uso Pessoal», elaborado pelo Deputado Ricardo Baptista Leite;- Discussão e votação do requerimento do PSD, a solicitar a audição da Ministra da Saúde sobre a «Auditoria à Conta Consolidada do Ministério da Saúde - exercício de 2017- Relatório n.º 12/2018, do Tribunal de Contas»;- Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar as audições do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário de São João, E.P.E. e da Ministra da Saúde, para prestar esclarecimentos.

10:00 Audição do Representante do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos, António Araújo, requerida pelo PS, e da Ordem dos Enfermeiros, requerida pelo PSD, sobre «denúncias a propósito da greve dos enfermeiros»;

11:00 Audição do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, Carlos Neves Martins, requerida pelo PS, a propósito de declarações sobre a greve dos enfermeiros;

12:00 Audição, requerida pelo PSD, sobre a greve dos enfermeiros, dos seguintes Sindicatos:- Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros- Sindicato Democrático dos Enfermeiros - Sindicato dos Enfermeiros Portugueses - Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem - Sindicato dos Enfermeiros

O Presidente começou por anunciar a prorrogação, por mais 90 dias, da PPL n.º 142 /XIII/3.ª e do P JL n.º 1080/XIII/4.ª, cujos prazos terminam a 25 de janeiro e a 20 de janeiro, respetivamente.

Anunciou ainda a calendarização dos trabalhos da Comissão, no que se refere à realização das próximas audições: no dia 23 de janeiro serão ouvidos os Serviços Partilhados no Ministério da Saúde, no dia 30, a audiência do SICAD para apresentação do Relatório de Atividades relativo a 2017, cuja reunião terá lugar no Auditório António de Almeida Santos, no dia 6 de fevereiro a audição da Ministra da Saúde, a requerimento do BE e também dos requerimentos do PSD e do



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

CDS-PP, se forem aprovados, sendo os assuntos discutidos separadamente, no dia 13 a audição do Professor Doutor Manuel Lopes, seguindo-se no dia 20 a audição do grupo de trabalho responsável pela preparação e o lançamento concurso internacional do novo Hospital Central do Alentejo.

Discussão e votação do parecer relativo ao P JL n.º 1029/XIII/4.ª PCP - «Lei de Bases da Política da Saúde» e PPL n.º 171/XIII/4.ª - «Aprova a Lei de Bases da Saúde», elaborado pelo Deputado Ricardo Baptista Leite

O Deputado Ricardo Baptista Leite agradeceu a compreensão do atraso no envio do Parecer relativo ao P JL n.º 1029/XIII/4.ª, do PCP, sobre a «Lei de Bases da Política da Saúde» e da PPL n.º 171/XIII/4.ª, que «Aprova a Lei de Bases da Saúde». Informou que o Parecer é sobre as duas iniciativas que versam a mesma matéria. Referiu os considerandos, dando conta do objeto, conteúdo e motivação das iniciativas, do enquadramento legal, constitucional e antecedentes, reservando a sua opinião para Plenário, e concluindo com o entendimento de que estão reunidos os requisitos legais, constitucionais e regimentais para que as iniciativas sejam discutidas e votadas em Plenário.

O Deputado António Sales saudou o Deputado pelo Parecer factual. Chamou a atenção para o facto de inicialmente nem todas as forças políticas convergirem sobre a necessidade de uma nova lei de bases da saúde, tendo assistido a uma inversão de opinião e agora tanto o PSD como o CDS-PP também apresentaram iniciativas.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou o Deputado pelo Parecer, dizendo que o votará favoravelmente. Sugeriu que fosse mencionado que existem outros P JL, elencando-os.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou o Deputado pelo Parecer, dizendo que o votará favoravelmente, reservando a sua opinião para Plenário.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou o Deputado pelo Parecer, que é objetivo. Respeita a decisão de dar destaque a alguns aspetos das iniciativas.

O Deputado Ricardo Baptista Leite agradeceu os comentários e os votos favoráveis. Aceitou a sugestão do BE. Disse que a Proposta do Governo serviu de motivação adicional para mais partidos apresentarem o seu projeto, porque a PPL é um revés da atual Lei.

O Presidente saudou o Deputado pelo Parecer, cujos considerandos e conclusões foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

Discussão e votação do parecer relativo ao PJI n.º 1050/XIII/4.ª BE - «Legaliza a Canábis para Uso Pessoal», elaborado pelo Deputado Ricardo Baptista Leite

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o Parecer relativo ao PJI n.º 1050/XIII/4.ª, do BE, que «Legaliza a Canábis para Uso Pessoal». Disse que fez uma abordagem factual do problema e que a Nota Técnica densifica o Parecer, reservando a sua opinião para o debate no Plenário. Concluiu referindo que nos termos legais, constitucionais e regimentais a iniciativa está em condições de ser discutido e votado em Plenário.

A Deputada Elza Pais cumprimentou o autor do parecer pela objetividade e rigor a que nos tem habituado. Esta temática, na ótica do tratamento, tem sido amplamente discutida a nível mundial, mas a nível recreativo, receia que a discussão não seja suficiente. Julga que para proceder à sua autorização devem estar acauteladas todas as estratégias de prevenção, o que ainda não acontece. Enfatizou que não há maturidade suficiente de experiências internacionais sem risco, para que se possa acompanhar a iniciativa.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou o autor, declarando que vota favoravelmente o Parecer, que considerou um bom guião para a discussão em Plenário. O BE não ignora que o consumo da canábis não é inócuo, mas sabe que o seu consumo na ilegalidade é maior e com risco superior, daí defender a sua legalização com uma intervenção forte, num mercado regulado.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou o Deputado pelo Parecer claro.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou o Deputado. O Parecer é muito objetivo e está bastante completo, informando que o vota favoravelmente, reservando o PCP a sua posição para o Plenário.

O Deputado Ricardo Baptista Leite agradeceu as palavras dos Deputados, endereçando um agradecimento especial ao assessor do PSD, Rui Tabosa, que permitiu, num curto espaço de tempo, que este Parecer e o anterior estivessem em condições de serem discutidos.

O Presidente cumprimentou o Deputado pelo Parecer, cujos considerandos e conclusões foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Discussão e votação do requerimento do PSD, a solicitar a audição da Ministra da Saúde sobre a «Auditoria à Conta Consolidada do Ministério da Saúde - exercício de 2017- Relatório n.º 12/2018, do Tribunal de Contas»

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o requerimento do PSD, que vem solicitar a audição da Ministra da Saúde sobre a «Auditoria à Conta Consolidada do Ministério da Saúde - exercício de 2017- Relatório n.º 12/2018, do Tribunal de Contas» (TC), que foi tornado público recentemente.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

Enumerou uma série de factos que no seu entender «*assumem uma gravidade extrema*» porque indiciam uma degradação da situação económico-financeira do Ministério da Saúde e do SNS, prejudicando o acesso dos portugueses aos cuidados de saúde, acrescentando que o TC pôs em causa a fiabilidade da conta consolidada do Ministério da Saúde.

O Deputado António Sales contrapôs os dados referidos pelo orador anterior, dizendo que o Relatório do TC também revela dados positivos, que enumerou, considerando que há uma melhoria em 2017, relativamente a 2016. O PS viabilizará o requerimento.

O Deputado Moisés Ferreira indicou que o BE vota o requerimento favoravelmente, mas isso não quer dizer que concorde com os argumentos, entendendo que a leitura do PSD do Relatório do TC é incompleta e parcial, extrapolando conclusões que não estão lá.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que o requerimento é mais do que bem-vindo e adequado. Não está correta a sistemática desvalorização do PS, BE e PCP sobre dados negativos conhecidos. Se outras razões não bastassem, o estado da saúde dos portugueses justifica a vinda da Ministra.

A Deputada Carla Cruz recordou que o problema do SNS não é de agora, é um acumular de opções políticas em diferentes vertentes, como foi dito na reunião do dia anterior, ocorrida no Hospital D. Estefânia. Um dos graves problemas também é o da demografia médica e o assédio dos privados aos profissionais do SNS.

O Deputado Ricardo Baptista Leite agradeceu a clarividência das intervenções, o que mostra a necessidade de ouvir a Ministra, até tendo em conta que o TC põe em causa a conta consolidada da ACSS.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, com a ausência do PEV.

Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, a solicitar as audições do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário de São João, E.P.E. e da Ministra da Saúde, para prestar esclarecimentos

A Deputada Cecília Meireles apresentou o [requerimento](#) do CDS-PP, a solicitar as audições do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário de São João, E.P.E. e da Ministra da Saúde, para prestar esclarecimentos. O CDS-PP foi surpreendido com a renúncia do Conselho de Administração do Hospital de S. João. Ainda hoje não se sabe quando será resolvido o problema da ala pediátrica do S. João. As demissões na área da saúde têm sido uma atrás das outras pelo que é uma oportunidade para ouvir a Ministra sobre esse assunto.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

O Deputado Ricardo Baptista Leite felicitou o CDS pelo pedido de audição e pela intervenção da Deputada Cecília Meireles, que subscreve. Agora a própria Administração do S. João se demitiu por não suportar a situação e as crianças passam mais um inverno nos contentores. Não se compreende a displicência com que estão a tratar a matéria. Vota favoravelmente.

A Deputada Joana Lima indicou que o PS vai votar favoravelmente, embora não esteja de acordo com os argumentos invocados. Frisou que ninguém quer ver crianças em contentores, mas já foi encontrada uma solução legal, que está em curso. Tem havido responsabilidade de todos pela situação, recordando que em 2011 foi lançada uma primeira pedra, mas não havia dotação. A Administração do S. João acabou o seu mandato e colocou o seu lugar à disposição, apresentando as suas razões, mas não se demitiu.

O Deputado Moisés Ferreira vota favoravelmente. A questão do Hospital de S. João é grave e não tem sido resolvida, mas neste momento o Governo tem os instrumentos necessários para a resolver, o mais rápido possível. Considera que as audições solicitadas são importantes até para perceber que o problema foi mal encaminhado desde o início, onde um falso mecenas, associação, se arroga o dever de construir a obra.

A Deputada Carla Cruz vota favoravelmente. Será uma oportunidade de saber em que ponto está a obra da ala pediátrica do S. João. É também a oportunidade para perceber as manobras da dita associação, que disponibilizaria os terrenos, que são do próprio hospital.

A Deputada Cecília Meireles frisou que a manifestação no sentido da aprovação do requerimento prova a pertinência do assunto. Salientou que o que está a atrasar a obra no S. João é a invenção do Governo, quando disse que era necessário um projeto, que já existia. Resumindo, o que o CDS pretende é que a obra se realize.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Audição do Representante do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos, António Araújo, requerida pelo PS, e da Ordem dos Enfermeiros, requerida pelo PSD, sobre «denúncias a propósito da greve dos enfermeiros»

A Deputada Ângela Guerra apresentou o requerimento que pretende ouvir a Ordem dos Enfermeiros, sobre «denúncias a propósito da greve dos enfermeiros». Disse que «*nos últimos anos, os utentes do SNS têm sofrido um agravamento do seu acesso aos cuidados de saúde, designadamente em termos de cirurgias, como o comprova o aumento verificado nos respetivos tempos de espera*». Está preocupada com esse agravamento, que ainda tem tendência para piorar,



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

o que traz um claro prejuízo para os utentes. Colocou questões sobre os termos em que a greve se está a processar, sobre se os direitos dos utentes estão a ser devidamente salvaguardados e se, por algum momento, ocorreu alguma situação que pôs em causa esse direito.

O Deputado Luís Soares apresentou o requerimento que pretende ouvir o representante do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos, António Araújo, sobre «denúncias a propósito da greve dos enfermeiros». Chamou a atenção para o Relatório da ACSS, que apresenta melhores dados do que os referidos pelo PSD no requerimento. Colocou questões sobre a greve cirúrgica, sobre as denúncias, sobre se o comportamento dos piquetes da greve configuram ilegalidades e se violaram os serviços mínimos e prejudicaram os direitos dos utentes. Perguntou à OE, quem é que, de forma concertada, pretende desacreditar os enfermeiros, segundo o seu comunicado.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou os presentes. Referiu que muitas das perguntas já foram feitas, no entanto pretende esclarecimentos sobre os efeitos da greve cirúrgica no adiamento de cirurgias, se houve impedimento de serviços mínimos e se colocavam em causa as cirurgias de urgência. Pediu que à Bastonária que comentasse as afirmações constantes da carta enviada ao Primeiro-Ministro. Há muitas reivindicações dos enfermeiros que no seu conteúdo são mais do que justas, pois não devem ser apagados anos de carreira, mas algumas formas de luta podem traduzir-se em perigo para os utentes do SNS.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou os representantes das duas Ordens. Tem-se assistido a um conjunto de greves na saúde devido à insatisfação dos profissionais ao longo dos anos, chamando a atenção para as condições em que trabalham, havendo uma manifesta incapacidade do Governo resolver a questão. Face ao clima de descontentamento e incapacidade negocial, há uma desvalorização sucessiva destes problemas, o que revela desrespeito para com os enfermeiros. A Ministra referiu que o reagendamento das cirurgias estaria feito até abril, perguntando se há condições para as fazer ou se é preciso recorrer aos parceiros.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou os presentes. Considerou inegável a prestação dos enfermeiros na saúde dos portugueses e isso não tem sido traduzido nas condições de trabalho dadas aos profissionais, sendo justas as suas reivindicações. Os profissionais sempre souberam aliar o direito à greve com o direito dos utentes, mas as declarações do Dr. António Araújo podem não revelar isso. Solicitou que a OM clarificasse as suas informações públicas, apresentando situações concretas. Perguntou à OE se mantém o que disse, designadamente na carta enviada ao 1.º Ministro e se conhece as declarações do Conselho Regional Norte da OM e o que fez.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

António Araújo, do Conselho Regional Norte da Ordem dos Médicos, cumprimentou o Presidente e os Deputados e também a Bastonária da OE e os seus colaboradores. Disse que o que está em causa não é a importância dos enfermeiros no SNS, não é a greve, que é justa. Só que esta greve é particular em dois aspetos fundamentais, é longa no tempo e nos serviços afetados, particularmente o bloco operatório. Os serviços mínimos acordados são para uma greve normal, que dura uma semana, mas no caso desta podem lesar os direitos dos utentes. Foi informado de situações onde os piquetes de greve estavam à entrada dos blocos operatórios e que colocavam em causa a indicação urgente dada pelo clínico, dando alguns exemplos. Sobre o reagendamento das cirurgias até abril, não sabe, a tutela é que deve responder.

A Bastonária Ordem dos Enfermeiros, Ana Rita Cavaco, cumprimentou todos e disse ser um gosto estar na Comissão para esclarecer as questões. Referiu que o último Relatório do Tribunal de Contas diz que morreram mais de duas mil pessoas, o que motivou ter escrito à Procuradora Geral da República para investigar esses dados. Acrescentou que a OE não recebeu uma única denúncia, mas depois das declarações públicas do Dr. António Araújo, reuniu com os enfermeiros diretores onde ocorreu a greve e não detetou qualquer problema. A greve não coloca em causa a saúde dos utentes, acrescentando que os enfermeiros foram muito além da prestação dos serviços mínimos, indicando que a prioridade das urgências é definida pelos médicos. Desconhece qualquer violação dos serviços mínimos onde ocorreu a greve, porque os respetivos conselhos de administração, que consultou, não o referem. Entende que era mais útil fazer uma negociação séria com propostas das duas partes, o que não aconteceu por parte do Governo. Sobre o adiamento das cerca de 10 mil cirurgias considera uma catástrofe, e não sabe quando poderão ser reagendadas. Existem 43 enfermeiros por mil habitantes, o que é manifestamente pouco e é perigoso. Parece que há uma posição concertada contra os enfermeiros, porque se realizam menos cirurgias, que não se realizam muitas vezes por falta de condições dos blocos e por falta de anestesistas. Agradeceu a introdução das 35 horas, mas os enfermeiros fazem muitas mais, o que indicia a necessidade de mais contratação. A situação nas prisões é muito grave porque o número de enfermeiros do quadro é abaixo dos mínimos e as empresas de trabalho temporário, que os forneciam, faliram.

Na 2.ª ronda fizeram intervenções, comentando e pedindo esclarecimentos adicionais, os Deputados Ângela Guerra, Luís Soares, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que António Araújo e Ana Rita Cavaco responderam.

O Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

O vídeo/gravação da audição poderá ser acedido neste [link](#).

Audição do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, Carlos José das Neves Martins, requerida pelo PS, a propósito de declarações sobre a greve dos enfermeiros

O Presidente agradeceu a presença do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte CA (CHLN), Carlos José das Neves Martins, que veio acompanhado pelo assessor Nelson Baltazar, ambos ex-Deputados a quem cumprimentou especialmente. Igualmente fazia parte da delegação a assessora Paula Ferreirinha.

A Deputada Ângela Guerra fez referência à greve e aos piquetes de greve, perguntou se os direitos dos utentes estão a ser salvaguardados e se têm acesso às urgências. Há greves e direitos que são legítimos e há uma responsabilidade política do Governo, mas o que a preocupa é se foi violado o direito dos utentes. A greve terá levado ao adiamento das cirurgias, mas o tempo médio de espera para cirurgia já se tinha agravado. Perguntou como se está a processar a assistência hospitalar e o recrutamento de médicos e de enfermeiros e o financiamento do Hospital e qual é a expectativa de agendar as cirurgias adiadas até ao final do 1.º trimestre.

O Deputado Luís Soares cumprimentou o Presidente do CA do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, Carlos Neves Martins. Em seguida, apresentou o [requerimento](#) que pretende ouvir o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte (CHLN), a propósito das suas declarações na sequência da greve dos enfermeiros, pedindo que as comentasse, se considera que o exercício do direito à greve ultrapassou o limite do que é a assistência do SNS, se os utentes do CHLN podem estar tranquilos com os cuidados prestados e sobretudo se a greve cirúrgica pode afetar a assistência programada e se as situações de urgências foram acauteladas.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou o Presidente do CA. A greve cirúrgica dos enfermeiros levou ao adiamento de cirurgias, perguntando se foi prejudicado o acesso à saúde dos utentes e se tomou conhecimento de algum caso que levantasse dúvidas, se foram violados os serviços mínimos e se ocorreu o adiamento de algum caso mais grave de cirurgia pediátrica. Perguntou ainda se a Bastonária da OE se inteirou da situação ou de algum caso que levantasse dúvidas.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou o Presidente do CA, dizendo que a preocupação do CDS é com o agravamento da prestação de cuidados de saúde aos portugueses, bem como com as más condições dos profissionais, que têm de ser assacadas ao atual Governo. O direito à greve



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

é inalienável, mas o direito à saúde também, perguntando quais as consequências que se podem esperar de uma nova greve cirúrgica, se há meios para realizar até abril as cirurgias adiadas e quando serão executadas.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou o Presidente do CA. Considera que os profissionais sempre tentaram conjugar o direito à greve com o direito dos utentes à saúde. Questionou o Presidente do CA sobre se a Bastonária da OE contactou o CA sobre os serviços mínimos e quais as informações prestadas, se ocorreram situações urgentes de cirurgia e que não se fizeram, quantas cirurgias foram adiadas e qual é a perspetiva do seu reagendamento. O PCP tem a forte convicção que é no SNS que os utentes encontram uma excelente resposta, quer por dedicação e brio dos profissionais, que o compõem, como mostra a atividade assistencial do CHLN.

Carlos José Martins disse ser um prazer estar, mais uma vez, nesta Casa. Agradeceu as questões. Começou por tecer considerações sobre as greves, designadamente dizendo que qualquer greve tem sempre prejuízo, para mais num Hospital de fim de linha, que contribui para dar respostas em saúde desde Melgaço a Maputo. Deu nota de que os 62 dias de greve dos enfermeiros afetaram a atividade cirúrgica no CHLN em cerca de 1400 cirurgias, o equivalente a duas semanas programadas do Hospital. Esclareceu que cerca de 47% dos utentes com as cirurgias adiadas, já têm as cirurgias reprogramadas, que 5% deles receberam um vale cirurgião e até final de janeiro estarão agendadas mais 36 % desse total, pensando que ao longo do semestre resolverá todos as cirurgias e não só as adiadas. Frisou que até agora as consequências da greve dos enfermeiros foi menos penalizadora do que inicialmente tinha previsto. Disse que o CHLN tem os recursos solicitados e, ao contrário do expectável, a introdução das 35 horas não abrandou o absentismo, destacando que dos 6300 profissionais existentes, cerca de 900 não estavam ao serviço. Vão entrar mais 30 enfermeiros e numa ou noutra subespecialidade médica estão apenas com um profissional, mas vai melhorar. O panorama é menos preocupante do que já foi.

Na 2.ª ronda pediram esclarecimentos, os Deputados Ângela Guerra, Luís Soares, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a Carlos José Martins respondeu. Deixou [documentação](#) sobre a evolução da atividade e desempenho do CHLN, no período 2009-2018 e sobre dados sobre o [Hospital Pulido Valente](#).

O Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e a presença de Carlos José das Neves Martins a uma Casa que também é sua.

O vídeo/gravação da audição poderá ser acedido neste [link](#).



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

Audição, requerida pelo PSD, sobre a greve dos enfermeiros, dos seguintes Sindicatos:- Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros- Sindicato Democrático dos Enfermeiros - Sindicato dos Enfermeiros Portugueses - Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem - Sindicato dos Enfermeiros

O Presidente cumprimentou os Sindicatos presentes, disse que o Sindicato do Enfermeiros Portugueses informou não ter disponibilidade para estar presente na reunião.

A Deputada Ângela Guerra agradeceu a presença de todos. Apresentou o requerimento que solicita a audição dos sindicatos sobre a greve dos enfermeiros. Disse que é preciso perceber se, independentemente do direito à greve, haverá um eventual acréscimo do adiamento de cirurgias, se algum dos direitos dos utentes foram colocados em causa, e o que tem sido evidenciado é que os tempos médios de espera se têm vindo a agravar. Estando agendada para o dia seguinte a reunião dos Sindicatos com a Ministra, perguntou se a greve marcada para fevereiro pode ser cancelada e quais são os compromissos já assumidos pelo Governo.

O Deputado Luís Soares cumprimentou os representantes dos Sindicatos. Frisou que é importante perceber o que se passa, designadamente se houve uma ação concertada para descredibilizar os enfermeiros, se estes cumpriram os serviços mínimos e se asseguram o direito à saúde para todos os utentes e em que ponto se encontram as negociações dos enfermeiros com o Governo.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou os presentes. Disse que o BE está bem ciente das dificuldades dos profissionais de enfermagem, às quais é preciso dar resposta por parte do Governo. Entende que tem de haver um equilíbrio entre as reivindicações dos profissionais e o direito à saúde dos utentes. Estando já anunciada uma nova greve cirúrgica, perguntou como estão a decorrer as negociações com o Governo. Colocou questões sobre a revisão da carreira de enfermagem e sobre o impacto da greve cirúrgica.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou as várias delegações de sindicatos. Disse que desde há três anos que o CDS tem alertado para a situação da saúde. Tem-se assistido a um clima de insatisfação na saúde, os processos de negociações são longos e não tem havido respostas, o que conduziu a esta greve longa. Perguntou sobre se a reprogramação das cerca de dez mil cirurgias é realista e para quando estará prevista a sua execução.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou todas as estruturas sindicais. Lembrou que por opção dos sucessivos governos, os enfermeiros não têm sido valorizados, continuando a persistir dificuldades na saúde, embora alguns aspetos tenham melhorado. As lutas dos enfermeiros por um conjunto de



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

direitos e em defesa do SNS têm décadas. Perguntou quais são os pontos que estão em discussão e qual é o resultado das negociações já havidas.

O Presidente da Comissão deu a palavra aos Sindicatos para responderem às questões.

A Associação Sindical Portuguesa (ASPE) esteve representada pela Presidente, Enf^a Lúcia Leite, que agradeceu o convite e as questões. Fez uma declaração prévia, referindo que a ASPE é independente, até em termos políticos. As lutas dos enfermeiros são antigas e ninguém é inocente neste país, os governos são responsáveis por ação e por omissão. Deu nota de que se a lei fosse cumprida, o SNS implodia, porque a maior parte dos enfermeiros tem contrato individual de trabalho, troca de turnos sem o devido descanso e trabalha mais do que as 35 horas. Frisou que os enfermeiros foram empurrados para esta greve, mas sabendo que têm sempre impacto nos utentes, mas este tipo de greve é a que menos prejudica.

O Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem (SIPE) esteve representado pelo Enf.º Fernando Mendes Parreira, que agradeceu o convite. Disse que os enfermeiros têm sido prejudicados ao longo do tempo. Lembrou que nas greves normais os serviços mínimos não são postos em causa, não percebendo as dúvidas levantadas.

A Federação Nacional de Sindicatos de Enfermeiros (FENSE) esteve representada pelos Enf.ºs José Correia Azevedo, Presidente, e por António Zambujo Boieiro, Enf.º vogal. José Azevedo fez uma resenha histórica das causas da situação, destacando que cerca de 88% da totalidade da massa salarial bruta da saúde é distribuída por 12% dos profissionais e apenas 4% da totalidade dessa massa é consumida pelos enfermeiros. Referiu que em 2017 a Federação entregou uma proposta de acordo coletivo, que ainda não foi possível concluir. Os serviços mínimos, que são controlados pelas administrações, têm em conta o direito à greve e o direito à saúde. Alertou para a ditadura dos anestesistas do SNS, porque a sua falta podia ser ultrapassada com o recurso a enfermeiros devidamente preparados para o efeito.

O Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal (SINDEPOR) esteve representado pelos Enf.ºs Carlos Ramalho, Presidente, e Ulisses Rolim, Vice-Presidente. Agradeceu o convite. Fez uma declaração de interesses referindo que o SINDEPOR é filiado na UGT. Informou que se revê nas palavras da ASPE. Há muito tempo que os enfermeiros são prejudicados, tem havido desinvestimento na saúde, as doenças crónicas têm aumentado assustadoramente e a população está a envelhecer. Num dos locais onde ocorreu a greve cirúrgica, o CHLN, todas as cirurgias urgentes foram realizadas. Entende que uma greve tem de ter sempre prejuízos, os inevitáveis. Há regras claras para as progressões na carreira, para serem aplicadas por todas as instituições e a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

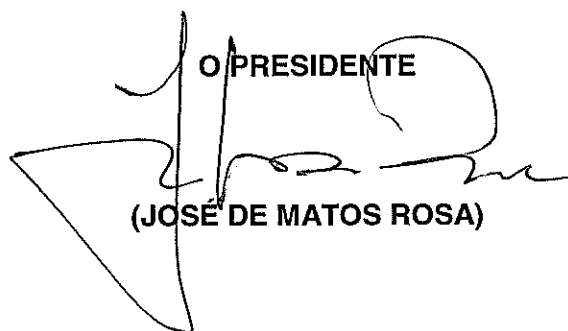
todos os profissionais. Disse que só há pouco tempo o Governo mostrou abertura para resolver a situação dos enfermeiros. Alertou para a incapacidade do Governo funcionar em rede, porque se não, como o anúncio da greve foi feito antecipadamente, os serviços poderiam organizar-se dentro das suas instituições para resolver as cirurgias não urgentes porque as urgentes são realizadas mesmo durante a greve cirúrgica.

Na 2.ª ronda pediram esclarecimentos os Deputados Ângela Guerra, Luís Soares, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram respondidos por Lúcia Leite, José Correia Azevedo e Carlos Ramalho.

O Presidente agradeceu a presença dos dirigentes dos vários sindicatos bem como as informações e os esclarecimentos prestados.

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo aceder à primeira parte da gravação aqui.

Palácio de São Bento, 16 janeiro 2019.


O PRESIDENTE
(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 149/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Maria Antónia de Almeida Santos
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Ana Rita Bessa
Cecília Meireles
Elza Pais
Jamila Madeira
Joana Lima
Maria Manuela Tender

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Jorge Falcato Simões
José Luís Ferreira
Luís Vales
Marisabel Moutela
Teresa Caeiro

